



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



PO ISE
PROGRAMA OPERACIONAL
INCLUSÃO SOCIAL
E EMPREGO



PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais
e de Investimento



PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.
- vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/ Áreas

Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO) mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.

- vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.
- viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Douro.
- ix. A 17 de março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.
- xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal do Douro.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, neste ato representada por Emídio Gomes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro.

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de

Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal do Douro, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Francisco Manuel Lopes.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

3

Cláusula 1ª

Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal do Douro (adiante designada por Comunidade Intermunicipal), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 67.522.336,77 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte assegura um apoio de 34.506.057,39 euros FEDER e de 28.790.242,60 euros FSE, que totalizam um montante de 63.296.299,99 euros para participar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 301.750,00 euros do Fundo de Coesão, para participar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 2.086.586,78 euros do FSE, para participar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 1.837.700,00 euros do FEADER, para participar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A Comunidade Intermunicipal compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).



2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª, ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.
3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º 93/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.
4. A Comunidade Intermunicipal, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a Comunidade Intermunicipal compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da Comunidade Intermunicipal do Douro enquanto organismo intermédio, onde se incluem os elementos

previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a Comunidade Intermunicipal do Douro.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Guimarães, 5 de agosto de 2015

O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE2020)

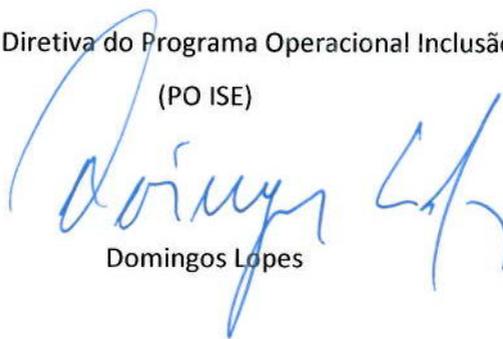
Emídio Gomes

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na
Utilização dos Recursos (PO SEUR)



Helena Azevedo

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
(PO ISE)



Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020



Patrícia Cotrim

O Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro



Francisco Manuel Lopes



ANEXO 1

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e
Prioridade de Investimento ou Medida

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO

Anexo 1

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Douro

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Prioridade de Investimento/Medida	Programa Operacional	FEDER	FSE	Fundo de Coesão	FEADER	Fundo Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	3.417.856,30				3.417.856,30
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	PDR 2020			1.837.700,00		1.837.700,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, a gestão inteligente da energia e a utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	PO NORTE	10.231.715,40				10.231.715,40
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	PO SEUR			106.250,00		106.250,00
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR	195.500,00				195.500,00
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	PO NORTE		10.891.929,96			10.891.929,96
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	PO NORTE	3.336.818,11				3.336.818,11
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE	11.573.314,20				11.573.314,20
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	POISE		320.143,23			320.143,23
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	POISE		1.766.443,55			1.766.443,55
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	PO NORTE	3.919.667,58				3.919.667,58
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	PO NORTE		6.324.998,44			6.324.998,44
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	PO NORTE	13.600.000,00				13.600.000,00
Total	Total	34.506.057,39	30.876.829,38	301.750,00	1.837.700,00	67.522.336,77
Total PO NORTE	Total PO NORTE	34.506.057,39	28.790.242,60			63.296.299,99
Total PDR 2020	Total PDR 2020				1.837.700,00	1.837.700,00
Total PO SEUR	Total PO SEUR			301.750,00		301.750,00
Total PO ISE	Total PO ISE		2.086.586,78			2.086.586,78



ANEXO 2

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto
(realização e resultado) para 2018 e 2023

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO

Anexo 2

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Douro

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho (realização e resultado) para 2018 e 2023

Prioridade de Investimento/Medida - Programa Operacional (Fundo)	Designação	Indicadores					Dotação Fundo Contratado
		Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Valor base	Meta		
					2018	2023	
02.03 - PO NORTE (FEDER)	Serviços da Administração Pública apoiados	Realização	N.º	0	1	5	3.417.856,30
	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	Resultado	%	26%	26%	47%	
	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	Resultado	%	19,70%	19,70%	40%	
03.M04 - PDR 2020 (FEADER)	Segurança barragens - N.º de projetos	Realização	N.º	0	1	1	233.750,00
	Segurança barragens - Despesa pública contratada	Realização	Euros	0	275.000	275.000	
	Regadios tradicionais - Área a beneficiar	Realização	ha	0	358	447	1.603.950,00
04.03 - PO NORTE (FEDER)	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	Realização	Euros	0	1.509.600	1.887.000	
	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	Realização	kWh/ano	0	4.935.298	19.741.192	10.231.715,40
	Consumo de energia primária na administração regional e local	Resultado	top	235.365	233.435	225.725	
05.01 - POEUR (Fundo de Coesão)	Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos	Realização	N.º	0	1	1	106.250,00
	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados	Resultado	%	-	15%	30%	
	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	Realização	N.º	0	1	1	195.500,00
05.02 - POEUR (Fundo de Coesão)	Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Realização	N.º	0	6	11	
	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Resultado	N.º	0	19	38	
	Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos sistemas de informação e de monitorização	Resultado	N.º	0	92	230	
08.03 - PO NORTE (FSE)	Redução de falsos alertas gerados por sistemas de monitorização face à totalidade dos propostos pelo sistema de verificação	Resultado	N.º	0	1	1	
	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	N.º	0	871	1.452	10.891.929,96
	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Resultado	N.º	60%	60%	70%	
08.08 - PO NORTE (FEDER)	Empresas que beneficiam de apoio	Realização	N.º	0	27	133	3.336.818,11
	Postos de trabalho criados	Resultado	N.º	0	37	187	
09.01 - PO NORTE (FSE)	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Realização	N.º	0	2.778	4.629	11.573.314,20
	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	Resultado	N.º	37%	37%	42%	
09.01 - PO ISE (FSE)	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	Realização	N.º	0	202	538	320.143,23
	Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	Resultado	%	-	70%	90%	
09.04 - POISE (FSE)	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Realização	N.º	0	4	11	1.766.443,55
	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Resultado	%	-	70%	90%	
09.07 - PO NORTE (FEDER)	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Realização	N.º	0	4	15	3.919.667,58
	Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	Resultado	%	0	5%	10%	
10.01 - PO NORTE (FSE)	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Realização	N.º	0	1	1	6.324.998,44
	Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	Resultado	N.º	0	3.240	5.400	
10.05 - PO NORTE (FEDER)	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Realização	N.º	0	630	2.519	13.600.000,00
	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	Resultado	%	82%	82,40%	83,16%	
Total Geral							67.522.336,77



ANEXO 3

PACTO aprovado pelas AG dos Programas financiadores

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO

Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-021

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico



Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO
Morada (Sede Social)	
Avenida Carvalho Araújo N° 7	
Código Postal	Localidade
5000-657	VILA REAL
NUT III	NUT II
Douro	Norte
Telefone	E-mail
259309732	correio@cimdouro.pt
Telefax	URL
259309733	http://www.cimdouro.pt
Tipologia de Beneficiário	
Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal	

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
Paulo Noronha	259309732
Cargo Responsável	Telemóvel Responsável
1º Secretário Executivo Intermunicipal	966121397
Serviço/Departamento	Email Responsável
SEI	pnoronha@cimdouro.pt
	Email Alternativo

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

A CIMDOURO efetuou a gestão de uma subvenção global com a AG do POR Norte, na vigência do QREN, tendo acompanhado 86 operações num total de 104 milhões de euros e um cofinanciamento FEDER de 88 milhões de euros.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
510089224	IPDJ	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
510089224	IPDJ	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Douro

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

A região do Douro localiza-se no interior norte de Portugal, possui uma área de aproximadamente 4.112 km² e é composta por dezanove concelhos: Alijó, Armamar, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, S. João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real. Tem 205.902 habitantes (Censos 2011) e uma densidade populacional de 50,1 Hab./km². A região detém, entre outras, as seguintes características: Possui a região vitícola demarcada e regulamentada mais antiga a nível mundial, com a cultura do vinho e da vinha a constituir-se como uma base fundamental para o desenvolvimento económico e projeção nacional e internacional; o rio Douro e respetivos vales, encostas e patamares surgem como os elementos geográficos estruturante, sendo o centro de uma densa rede hidrográfica que apresenta importantes afluentes (rios Sabor, Tua, Corgo, Pinhão , Varosa, Tedo

Távora, Torto e Côa); uma extensa área de produção agrícola e hortofrutícola de gama variada, como a maçã, a uva, a cereja, a batata, a castanha, a amêndoa e a azeitona, bem como outros produtos, que abastecem os mercados nacionais e internacionais e representam uma importante fonte de trabalho e de rendimento; os valores arqueológicos e patrimoniais, da região que evidenciam uma ocupação humana secular (Mosteiros dos séculos XII/ XIII como S. João de Tarouca e Salzedas; casas senhoriais barrocas como o Palácio de Mateus ou o Solar da Rede; Santuário da Nossa Senhora dos Remédios); dois patrimónios inscritos na lista do património mundial, classificados pela UNESCO: o Alto Douro Vinhateiro, onde se produz vinho desde o século dezoito, com a denominação de vinho do porto, gerador de elevada criação de riqueza, promoveu o desenvolvimento de uma paisagem cultural de enorme beleza natural e que é reflexo da evolução social, económica e tecnológica; e o Vale do Côa é considerado como um dos locais mais importantes de arte rupestre do mundo, nomeadamente de arte rupestre paleolítica de ar livre; o sistema urbano destaca-se pela expressão funcional exercida pelo eixo urbano Lamego - Peso da Régua - Vila Real, com uma extensão de cerca de 40km e que concentra cerca de 44% da população residente na NUT III Douro.

Os principais pólos empresariais e de emprego do Douro são Vila Real, Lamego, Peso da Régua e Alijó que representam mais de 50% do potencial económico.

A região do Douro observou uma tendência positiva no seu processo de convergência ao longo dos últimos três períodos de programação estrutural (1995-2011), revelando a melhor performance entre as regiões da NUT II Norte. Apesar da trajetória de recuperação da região, o PIBpc da NUT III Douro (11 mil euros/habitante) representa ainda só 67% do PIBpc nacional.

A regressão demográfica do Douro é característica comum entre os territórios de baixa densidade e de interioridade. Com cerca de 206 mil habitantes (aproximadamente 6% do total da NUT II Norte), esta é a segunda região do Norte que mais população perdeu no período intercensitário (-7,2%).

O envelhecimento populacional é também um fenómeno evidente e em agravamento. Entre 2001 e 2011, assistiu-se ao crescimento da representatividade dos idosos no total da população ativa (36,4%, +5,4 p.p. face a 2001) face à quebra observada no peso dos jovens (20,7% em 2011, -3,5 p.p. face a 2001).

No contexto das 30 NUT III de Portugal, em 2010, o Douro era a 10.^a região pior colocada no ranking do índice sintético de desenvolvimento regional, posição que pode ser explicada pelos recuos ao nível da competitividade regional, que não foram compensados pelos avanços em termos de coesão e qualidade ambiental.

Crescimento inteligente

O Douro é uma região caracterizada por uma elevada atomização empresarial, onde 97% das empresas emprega 9 ou menos trabalhadores e regista uma dimensão média de 3,4 trabalhadores/empresa.

A evolução da estrutura setorial denota um processo de terciarização da economia regional, onde a população empregada nos serviços aumentou, entre 2001-2011, em 1%, e de decréscimo nos setores primário (-4,5%) e secundário (-2,3%), associada, respetivamente, à mecanização e/ou abandono das atividades agrícolas e à desindustrialização.

A vinha, o vinho e a paisagem constituem o tripé mais valioso da região do Douro, uma vez que sobre estes se sustentam e dinamizam a vitivinicultura e o turismo, enquanto uma desagregação setorial mais fina demonstra ainda a relevância das indústrias extrativas dado o potencial granítico regional.

Acrescem, ainda, a uma vocação essencialmente vitivinícola, produtos frutícolas e a olivicultura. Estes elementos fazem da agroindústria um setor de afirmação natural apesar da necessidade de um reforço organizativo ao nível da cadeia de comercialização dos referidos produtos.

Embora detendo um conjunto de capacidades endógenas de elevada qualidade e potencial, a especialização produtiva do Douro encontra-se pouco capacitada de fatores-chave de alavancagem e retenção de riqueza de base local.

A estrutura económica regista baixos índices de produtividade face ao país nos principais setores de especialização ligados à fileira agroalimentar, apresentando, contudo, uma evolução ligeiramente favorável face aos níveis médios da produtividade do País.

O Douro enfrenta o duplo desafio de internacionalização - da economia e do território. Em 2011, é a terceira NUT III de Portugal com menor intensidade exportadora (3%), praticamente inalterada face a 2001 (2%).

Contudo, esta região apresenta quatro setores com produtos de forte orientação para os mercados internacionais: indústrias alimentares e extrativas em retração e a indústria do material de construção e a agricultura, silvicultura e pescas em expansão.

O ensino profissional parece enraizado no Douro - mais de um quarto dos alunos matriculados no ensino secundário frequentam esta via de aprendizagem -, mas denota-se uma grande necessidade de coordenação da oferta e da procura.

No âmbito do I&D no quadro mais específico da estratégia de consolidação do Sistema Regional de Inovação

do Norte (SRIN), torna-se relevante que o Douro se reposicione nesta dinâmica e contrarie os constrangimentos ao nível do baixo investimento em I&D; do reduzido investimento de carácter mais inovador; da incipiente estruturação de um microssistema regional de inovação de natureza mais setorial e do desalinhamento entre a oferta de formação avançada e a capacidade de absorção dos trabalhadores mais qualificados .

Crescimento sustentável

O sistema urbano da região detém um conjunto de particularidades do ponto de vista interno e externo: relação com a Área Metropolitana do Porto e relevância funcional do eixo urbano Lamego/Peso da Régua/Vila Real.

A dinâmica de transformação do solo, em particular, no que se refere à passagem de solo rural para urbano, constata-se que a região do Douro evidenciou uma dinâmica de crescimento, tendo o solo urbano crescido, no período compreendido entre 1990 e 2006, cerca de 40%.

No domínio da rede rodoviária a região evidencia a importância estratégica de duas autoestradas: a A4/IP4 (relação Porto/ Vila Real/ Mirandela/ Bragança) e A24/ IP3 (relação Viseu/ Lamego/ Peso da Régua/ Vila Real/ Vila Pouca de Aguiar) e ainda de um itinerário principal: IP2 (relação Guarda/ Vila Nova de Foz Côa/ Pocinho/ Bragança). No que se refere à rede ferroviária destaca-se a importância da linha do Douro, que se desenvolve entre a cidade do Porto e Barca d'Alva. No âmbito do transporte aéreo, o aeródromo municipal de Vila Real, contribui, não só para o aumento da mobilidade transregional (ligações regulares), mas também se estabelece como uma infraestrutura essencial para melhoria da capacidade de resposta da região no combate aos incêndios. A exploração do potencial da via navegável do rio Douro e dos respetivos afluentes mostra-se fundamental para o desenvolvimento do território, uma vez que se constitui como um elemento estruturante para a afirmação das atividades turísticas e de lazer e um canal que pode ser cada vez mais aproveitado para o escoamento de matérias-primas e produtos locais.

Em termos dos espaços afetos a diretrizes de conservação da natureza a região é detentora de um conjunto significativo (10% do território) de áreas de salvaguarda e proteção ambiental, como é o caso do Parque Natural do Alvão e o Parque Natural do Douro Internacional.

No que corresponde à Superfície Agrícola Utilizada (SAU) verifica-se que cerca de 14% do território do Douro encontra-se afeto a esta tipologia de solo, sendo que que 74% se encontra afeta a culturas permanentes e 16% a prados e pastagens permanentes.

Crescimento inclusivo

A região possui, a par da dinâmica de retração demográfica, um peso significativo de população residente com 65 ou mais anos, valor que atinge, no ano de 2011, cerca de 23% do total da população residente. A população residente com idade compreendida entre 0 e 14 anos corresponde a apenas 13%.

Em relação ao abandono escolar verifica-se que a região tem vindo a melhorar ao longo dos últimos três momentos censitários, embora ainda exista espaço para ocorrerem melhorias neste campo. A taxa de abandono escolar é de 2%. O mesmo se verifica em termos da taxa de insucesso escolar que se encontra nos 7%, nos anos de 2010/2011.

Analisando o desemprego, este incide com maior expressão, nos indivíduos que possuem apenas o ensino básico, embora nos indivíduos com o ensino superior venha a aumentar também, de forma significativa, nos últimos anos.

Neste contexto, o domínio da economia social é estratégico em termos do potencial associado à geração de emprego, em particular, no contexto de uma região que detém um peso significativo de população idosa.

Ao nível social continuam a aumentar os índices associados à população com doença mental e deficiência, assim como da toxicod dependência. Neste sentido e por último, destaca-se uma necessidade de forte empenhamento na reinserção e inclusão social afigura-se incontornável.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Principais Ameaças



Consolidação da marca Douro, através de ganhos de escala;
Desenvolvimento competitivo do setor vitivinícola pela diferenciação e inovação;
Organização da oferta e da procura da qualificação de RH em articulação com as realidades regionais;
Proximidade às cidades do Porto, Guimarães e Salamanca, ao Porto de Leixões e ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro;
Provisão de bens e serviços à população suportados nas TIC.

Principais Pontos Fortes

Orientação exportadora da vitivinicultura, que tem na cultura do vinho o elemento aglutinador dos patrimónios cultural/natural;
Gastronomia rica e produtos locais diferenciados;
Oferta do ensino superior e oferta e procura do ensino profissional; Procura?
Relevo do eixo urbano estruturante Vila Real/Peso da Régua/Lamego;
Presença de Património da Humanidade: Alto Douro Vinhateiro e Gravuras de Foz Côa;
Boa rede de equipamentos sociais; a rede é um ponto forte...logo é boa!

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Quebra progressiva de benefícios à interioridade e litoralização e bipolarização do sistema urbano nacional;
Desvalorização do vinho e forte concorrência do mercado internacional;
Despovoamento progressivo
Desemprego de longa duração dos jovens;
Perda de competitividade ao nível da inovação e produtos locais

Principais Pontos Fracos

Atomização empresarial e institucional e debilidades na cooperação entre atores;
Insuficiências na mobilidade inter/intrarregional e desadequação do sistema de transportes públicos;
Dificuldades em integrar potencial científico nas empresas;
Dispersão do sistema urbano, regressão demográfica e envelhecimento; Agravamento da exclusão e da pobreza

A região tem pela frente, hoje, elevados desafios que terá de enfrentar de forma concertada, e em cooperação alargada, com diferentes Stakeholders: Combater o elevado desemprego e a persistente divergência da região do todo nacional, nos indicadores de competitividade, saúde e educação e pobreza; Reduzir as assimetrias sociais e territoriais, promovendo a inclusão ativa, de carácter inovador, e a economia social;

Promover competências e qualificação dos RH, como instrumento facilitador da empregabilidade e do aumento do sucesso ensino-aprendizagem; Reforçar redes e outras formas de parceria e cooperação para o empreendedorismo, inovação, competitividade e internacionalização de setores estratégicos e emergentes; Promover a iniciativa empresarial para a qualificação, diferenciação e dinamização da oferta; Promover e reorganizar a mobilidade e conectividade interna e externa da região; Preservar a excelência do património natural e da qualidade ambiental, urbanística e paisagística da região; Colocar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis, nas infraestruturas públicas, habitações e empresas, e a adoção de estratégias de baixo teor de carbono, no centro dos desafios da região; Estruturar um modelo policêntrico no sistema territorial do Douro, alicerçado numa rede de centros urbanos complementares que se vão transformando em territórios de proximidade, sustentabilidade e coesão territoriais; Reforçar a capacitação e qualificação empresarial e institucional e da cooperação e associação interempresarial, interinstitucional e entre empresas e entidades prestadoras de serviços avançados às atividades económicas e do SCT regional e nacional; Institucionalizar novas formas de gestão e de governação do território, promovendo uma cooperação e concertação efetiva entre diferentes atores da esfera pública e privada. Para enfrentarem os desafios que estão colocados à região os diferentes Stakeholders têm que organizar e incorporar os fatores críticos de sucesso que se torna necessário ultrapassar e concretizar: Uma gestão e governação de concertação e cooperação interinstitucional são caminhos críticos que se torna 'obrigatório' trilhar para que os desafios se concretizem; A concretização, pelos diferentes protagonistas, das coresponsabilidades para a assunção de novas competências de descentralização/desconcentração nas áreas do social, educação e do ambiente pelos municípios; Uma regulamentação dos instrumentos do PT2020, mormente do POR Norte e dos PO Temáticos, que simplifique processos e procedimentos, garanta a equidade entre os beneficiários, permita maior eficácia e eficiência na utilização dos recursos disponíveis e que a transparência se apoie em critérios claros e concisos; A discriminação positiva, considerando os diferentes e baixos índices de desenvolvimento, para setores de atividade e territórios específicos de baixa densidade, afigura-se como um fator crítico que pode colaborar na concretização das apostas do desenvolvimento de base local; A resolução, ou amortecimento, da descapitalização das empresas, e dos níveis de endividamento das administrações locais, através incentivos e ações de concertação interinstitucional; A articulação de prioridades e tipologias de investimentos, entre os diferentes beneficiários e autoridades de gestão, afigura-se como fator crítico para a concretização de elevados resultados na empregabilidade, no combate à exclusão social e abandono e insucesso escolar.

Estratégia

Objetivos e vocação específica do ITI

A estratégia do ITI da região do Douro contribui fortemente para a prossecução da visão preconizada no âmbito da EIDTRD, que define uma Região RI's 4: um território com forte matriz Identitária, Inteligente, Inclusivo e Integrado, que promove e reforça a sua cultura e tradições, uma viticultura terroir, a competitividade e a coesão económica e social e se afirma, cada vez mais, como região de referência pela valorização dos seus produtos endógenos e ofertas turísticas, à escala nacional e internacional, e por uma governação de concertação e cooperação interinstitucional.

Os objetivos do ITI da região Douro encontram-se alinhados com a estratégia global definida para o território, possuindo, não obstante, um referencial menos alargado que é determinado pelas prioridades de investimento que integram o ITI (2.3, 4.3, 5.2, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e 3.4) e que incidem, fundamentalmente, sobre as áreas da administração em linha, da eficiência energética e da mobilidade sustentável, da prevenção de riscos e gestão de catástrofes, do empreendedorismo, da inclusão social, da saúde, da educação e das infraestruturas coletivas agrícolas.

Neste quadro, a estratégia do ITI da região do Douro assume os objetivos estratégicos de desenvolvimento plasmados na EIDTRD que se relacionam, direta ou indiretamente, com as prioridades de investimento selecionadas e que estão articulados com os grandes objetivos da Estratégia Europeia 2020, com o Acordo de Parceria e com as prioridades do POR Norte 2020. Assim, constituem-se como objetivos do ITI Douro: Reduzir as assimetrias sociais e territoriais, promovendo a inclusão ativa, de carácter inovador, e a economia social; Promover a qualificação dos RH, como instrumento facilitador da empregabilidade e do aumento das competências; Reforçar, via promoção de redes e outras formas de parceria e cooperação e do empreendedorismo, associados à valorização de recursos endógenos, diversificando a base de atividades

económicas da região e promovendo o emprego; Promover a eficiência energética e a utilização de energias renováveis, ao nível das infraestruturas públicas, das habitações e das empresas, e da adoção de estratégias de baixo teor de carbono; Valorizar um modelo policêntrico no sistema territorial do Douro, alicerçado numa rede de centros urbanos e complementares funcionalmente que se vão transformando em territórios de proximidade, sustentabilidade e coesão territorial; Fomentar a mobilidade sustentável e inclusiva; Promover a implementação de soluções integradas e inovadoras ligadas com a eficiência energética; Desenvolver o regadio eficiente e promover a estruturação fundiária; Promover a criação de uma rede territorial que estruture a oferta e a procura do ensino vocacional, profissional e tecnológico; Incrementar novas metodologias de ensinar e aprender e recorrer às novas TIC, nos vários níveis de ensino-aprendizagem, como instrumentos de apoio ao combate ao abandono e ao insucesso escolar; Incrementar o empreendedorismo e a economia social como instrumentos do aumento de emprego promovendo a criação de microempresas "multisserviços" e de "apoio domiciliário" Criar uma central de emergência social que sinalize, detete, informe e encaminhe as situações de acordo com as prioridades; Melhorar as redes e o acesso a bens, serviços e equipamentos.

A assunção destes objetivos recomenda que sejam implementadas no território as dinâmicas necessárias para que a região descole do pelotão de trás, onde teimosamente se vem mantendo, e se aproxime do pelotão das regiões com um desenvolvimento médio ao nível europeu.

Neste quadro, a estratégia do ITI Douro assume os 4 eixos estratégicos de desenvolvimento elencados na EIDTRD, nomeadamente, através de uma articulação mais próxima com as prioridades de investimento selecionadas para o ITI. Esta articulação e coerência traduzem a escolha dos caminhos/bardos que servem como referencial de orientação à estratégia do ITI e que estão devidamente enquadrados nos instrumentos de referência das políticas públicas no horizonte 2020.

O Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação, privilegia a promoção das vantagens competitivas regionais, através da valorização dos recursos endógenos, da qualificação do capital humano, da promoção da empregabilidade, do empreendedorismo e da criação e dinamização de viveiros de empresas.

O Eixo 2. Sustentabilidade territorial está orientado para os polos urbanos, de maior e/ou menor dimensão, no sentido de promover a sua consolidação e qualificação, constituindo uma estrutura urbana, com capacidade e dimensão crítica, que se mostre capaz de melhorar os níveis de eficiência energética e induzir a utilização de meios de transporte ambientalmente sustentáveis.

O Eixo 3. Inclusão e coesão social que se constitui enquanto esteio primeiro de uma coesão social inclusiva por via da criação de emprego local, redução do insucesso e abandono escolar, melhoria do acesso aos serviços de proximidade e combate à pobreza, bem como do envelhecimento ativo.

O Eixo 4. Redes territoriais e governação que visa promover a cooperação e concertação das grandes opções de desenvolvimento e das iniciativas estruturantes para o território. Determina, também, a melhoria do acesso, com recurso às TIC, por parte dos utilizadores e utentes dos diferentes serviços públicos.

O posicionamento estratégico do ITI Douro tem, assim, como base um conjunto de objetivos de desenvolvimento definidos na EIDTRD que contribuem de forma cruzada para as temáticas e áreas de intervenção relacionadas com as prioridades de investimento selecionadas, onde se destacam a promoção do emprego e da mobilidade sustentável, bem como o combate à exclusão social e ao abandono e insucesso escolar.

Neste sentido, o ITI do Douro terá um papel crucial para sustentar e alavancar a ambição de uma região que quer articular de forma virtuosa a competitividade e a coesão social e territorial, potenciando os seus fatores diferenciadores e implementando as medidas que permitam reduzir o grau de exclusão social e a pobreza através da promoção da empregabilidade e do emprego.

A vocação específica do ITI da região do Douro encontra-se, assim, alicerçada nos caminhos desenhados pela EIDT com uma necessária articulação entre: a promoção da competitividade que seja capaz de gerar dinâmicas sustentadas de criação de emprego e impulsionar o empreendedorismo; o desenvolvimento sustentável, apostando nos mecanismos e processos que contribuam para obter elevados níveis de eficiência energética e promovam a mobilidade sustentável; e a promoção da inclusão social e o combate ao abandono e insucesso escolar, criando, por um lado, as condições para que os cidadãos, nas suas diferentes fases da sua vida, possam exercer, na plenitude, os direitos e os deveres que um Estado de Direito lhe reconhece e, por outro lado, implementando medidas orientadas para os jovens, em situação precária que alimentam o abandono e o insucesso escolar, e os adultos em situação pós-vida ativa e excluídos socialmente.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A concretização dos objetivos estratégicos formulados no PDCT da região do Douro e da consequente materialização das ações definidas pressupõe um grau de envolvimento, concertação e compromisso da multiplicidade de atores que concorrem para o desenvolvimento do território.

O modelo de participação ativa dos atores relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto é, naturalmente, inspirado nas dinâmicas de participação que foram definidas em sede da EIDTRD, mas com o necessário enfoque nas prioridades de investimento selecionadas para o Pacto. Neste sentido, e em concordância com a estratégia global para a região, os diversos stakeholders da região do Douro assumem um papel crítico para o sucesso da implementação do Pacto, tornando-se essencial desenhar um processo de cooperação e implicação dos diferentes atores, a diferentes níveis e escalas de compromisso.

A construção de uma sólida estratégia, num território de "diversidades" com tão fortes sedimentos históricos e potencialidades locais e socioculturais, como é a região do Douro, em momentos de fortes mudanças e incertezas na região, reforça a necessidade de implicar e envolver, um cada vez maior número de protagonistas do território, e de fora do território, para se estabelecerem parcerias e prioridades que permitam ganhar força económica e social e "puxar a região para cima"

Neste quadro, é possível identificar um conjunto de atores estratégicos, reconhecidos no âmbito da EIDTRD e que se apresentam como fundamentais, também, para o sucesso da implementação do Pacto. Esses atores estratégicos são os seguintes: Municípios; CIM; Ensino Superior/Investigação (UTAD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; IPB- Instituto Politécnico de Bragança; ESTGL- Escola Superior Tecnológica e Gestão de Lamego (IPV)); Associações Empresariais (NERVIR/NERBA); Associações de Desenvolvimento Local; Instituto de Emprego e Formação Profissional; CCDRN - Missão Douro; Entidade Regional do Turismo Porto e Norte; Direção Regional da Cultura do Norte; Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte; DGEstE / Dir Serv Região Norte; Instituto dos Vinhos do Douro e Porto; Fundação Museu do Douro; Douro Regia Park; Grandes Empresas da Região; Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense; Escolas Profissionais e Agrupamentos Escolares; Instituto de Mobilidade e dos Transportes.

A construção deste Pacto, à semelhança daquilo que foi a linha condutora da EIDTRD, assume como pilar estruturante a mensagem de que os desafios que a região enfrenta, hoje, só podem ultrapassados com uma forte consciência que o "todo é mais do que a soma das partes". O trabalho em rede, consolidando parcerias, plataformas e pactos de concertação e consensualização, são caminhos que devem merecer particular atenção na concretização do Pacto.

Assim, a boa gestão, em cooperação e concertação, em que os diferentes stakeholders assumem riscos, partilham resultados e benefícios mútuos é outra das apostas que vale a pena continuar, insistir e persistir. Esta "liderança colaborativa" é reconhecida como um instrumento com consequências positivas para aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

O modelo de desenvolvimento urbano subjacente ao PDCT incorpora os objetivos estratégicos e as correspondentes ações definidas em sede da EIDTRD, sendo, desta forma, garantida a coerência e a articulação entre os objetivos formulados a diferentes escalas territoriais (municipal e intermunicipal), porque resultaram de um processo de envolvimento dos diferentes stakeholders territoriais na formulação da estratégia e do plano de ação para a região. Este modelo incorpora, sobretudo, as temáticas que integram o ITI da região Douro: a promoção da sustentabilidade e da inclusão social no território.

A temática do desenvolvimento urbano surge inserida no eixo 2 da EIDTRD, "Sustentabilidade Territorial" onde se destaca que "a sustentabilidade territorial deverá possuir um enfoque no contexto dos polos urbanos, de maior e/ou menor dimensão, no sentido de promover a sua consolidação e qualificação, constituindo uma estrutura urbana, com capacidade e dimensão crítica, capaz de se afirmar e competir no contexto regional e nacional, enquanto foco fundamental à atração de novos residentes"

São definidos, neste quadro, objetivos específicos diretamente orientados para responder aos desafios do desenvolvimento urbano do território e que têm enquadramento no âmbito do PDCT:

Garantir a gestão e o ordenamento do território e dos recursos hídricos; Monitorizar a ocupação e a transformação do solo urbano e rural;

Promover a implementação de soluções integradas e inovadoras ligadas com a eficiência energética.

Este conjunto de objetivos integram uma abordagem centrada nas questões associadas ao ordenamento do território (na ótica macro) e, ainda, uma tónica que realça um conjunto de preocupações ligadas com a qualificação urbana e funcional da rede de aglomerados, sendo igualmente destacada a abordagem centrada na mobilidade sustentável e inclusiva (ótica mais dirigida para os polos urbanos de pequena e média dimensão).

Paralelamente, considerando a importância desta temática para a estratégia global da região do Douro, foi definido um vetor específico para o efeito, o "Desenvolvimento e revitalização urbana" onde são aprofundados os principais desafios.

São realçados os aspetos centrados na: estruturação da rede de aglomerados urbanos (de maior e/ou menor dimensão), sendo dada particular relevância às operações decorrentes de revitalização urbana no corredor (Lamego/ Peso da Régua/ Vila Real); medidas de combate ao despovoamento; investimentos de melhoria do ambiente urbano (dirigido a zonas industriais, bairros críticos e outros focos degradados); valorização das estruturas ecológicas; qualificação do espaço público; regeneração das zonas históricas; qualidade do ar e melhoria das condições de mobilidade urbana sustentável (transportes públicos, redes cicláveis, eliminação de barreiras e baixo teor de carbono).

Na "Promoção da eficiência dos recursos energéticos" é reforçada a abordagem associada à eficiência energética dos espaços e equipamentos integrados em ambiente urbano, partindo do seguinte conjunto de desafios: "Integrar soluções energéticas sustentáveis ao nível do espaço público, diminuindo substancialmente a fatura energética dos municípios com energia, através de tecnologias recentes ligadas com tecnologia LED e monitorização da iluminação pública, melhorando a imagem dos centros urbanos e a eficiência do espaço público" e "Intervir na reabilitação de edifícios de habitação social, melhorando as condições de bem-estar dos segmentos populacionais mais carenciados"

A "Plataforma de conectividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas" com particular realce para a ação "Melhoria da acessibilidade rodoviária intra e inter-regional e da mobilidade sustentável" onde estão vertidas as intervenções - enquadradas nos pressupostos do Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) 2014 da região do Douro - que visam promover o aumento da "pedonalidade e o uso de bicicletas (ciclovias, ecopistas, percursos pedestres, etc.), a otimização da rede de transportes públicos, a utilização de biocombustíveis em transportes, a otimização da mobilidade profissional e pendular, a otimização da distribuição das frotas, a utilização de veículos e frotas eficientes e a mobilidade elétrica. A "Rede de eficiência energética e energias renováveis" destacando-se a ação "Promoção de sistemas inteligentes de eficiência energética" que integra os projetos identificados no PAES e sistematizados a partir de intenções de investimento dos municípios, destacando-se os projetos ligados com a implementação de sistemas inteligentes de eficiência energética ao nível dos edifícios e equipamentos públicos e da eficiência energética no espaço público urbano;

A "Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável" com destaque para a ação "Melhoria da qualidade do ambiente urbano e da atratividade económica e populacional" onde estão plasmadas as intervenções, de maior ou menor dimensão, relacionadas com a regeneração urbana e a qualificação funcional de equipamentos coletivos estruturantes e também a preservação e valorização dos espaços públicos e aglomerados urbanos;

A "Rede para uma região inclusiva e empreendedora" com realce para a ação "Qualificação da rede de equipamentos de coesão social e de melhoria da qualidade de vida" que integra as intervenções dirigidas à requalificação e reutilização dos equipamentos existentes em rede de forma a aumentar a eficiência e a reduzir custos. Neste domínio a lógica intermunicipal pode apresentar vantagens de operacionalização e eficiência para os diferentes agentes da esfera social da região, sem reduzir a qualidade e o acesso aos serviços por parte dos utilizadores/utentes.

Neste contexto, o modelo de estruturação urbano aqui proposto possui uma articulação inequívoca com os pressupostos e os objetivos de desenvolvimento urbano patentes na EIDT da região do Douro e, nessa medida, vai ao encontro das "vontades" dos vários stakeholders do território com diferentes escalas de atuação (intermunicipal e/ou municipal), apontando um conjunto de opções de desenvolvimento ligadas a ações para a regeneração e revitalização urbana, intervenção em comunidades desfavorecidas e estratégias de mobilidade urbana sustentável.

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

A região do Douro é um território de grande dimensão, abrangendo 19 municípios, e neste sentido a sua realidade é bastante variada e complexa, conforme ficou demonstrado na análise da situação atual, descrita no diagnóstico do presente Pacto.

Este facto conduz à existência de diversas características em diferentes vertentes que se consubstanciam em problemas/ pontos a melhorar na região, surgindo o Pacto e respetiva candidatura como uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de projetos que permitam desenvolver a região, e colmatar alguns dos principais problemas diagnosticados.

Neste sentido, pretende-se com os projetos do presente Pacto, melhorar as diversas vertentes que afetam as populações no dia-a-dia, nomeadamente a vertente social, via intervenções que visem uma maior inclusão ativa; vertente ensino, para combate ao insucesso e abandono escolar; vertente ambiental, via aumento da eficiência energética das infraestruturas públicas; vertente digital, via modernização dos serviços públicos prestados; vertente empreendedorismo, nomeadamente ao nível da criação do próprio emprego.

De forma global, as medidas propostas no âmbito do presente Pacto e em linha com a Estratégia definida para a Região, irão permitir melhorar o desempenho da região do Douro e promover o seu desenvolvimento económico e social, contribuindo para o crescimento sustentável e inclusivo, nomeadamente:

- Potenciar a modernização da administração local de forma a otimizar o serviço público prestado às populações dos diferentes municípios, e a colocar a região do Douro como um exemplo de boas práticas em matéria de modernização administrativa;
- Implementar soluções de eficiência energética que coloquem a região como um referencial neste campo, quer seja por via da eficiência energética de edifícios públicos quer seja via iluminação pública;
- Otimizar a gestão de catástrofes naturais, de forma a evitar problemas territoriais oriundos de catástrofes naturais;
- Oferecer melhores oportunidades potenciadoras de criação de emprego na região, nomeadamente através do fomento ao empreendedorismo e criação do próprio emprego, aproveitando para fomentar o espírito criativo e dinâmico da população local, não apenas a nível de empresários locais mas também de estudantes e para promoção de produtos endógenos;
- Promover a inclusão social, nomeadamente face à tendência de envelhecimento da população local promovendo atividades intergeracionais e fomentando o envelhecimento ativo;
- Investir na modernização dos equipamentos sociais disponíveis para a população, que face às suas características requer uma maior qualidade desses equipamentos e respetivos serviços;
- Combater o insucesso e abandono escolar na região, colocando a região como uma referência no fomento ao ensino e aprendizagem ao longo da vida e promovendo oportunidades aos jovens da região encaminhando-os no sentido do conhecimento;
- Otimizar os sistemas de regadios, para otimização de atividades importantes da região.

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Para o desenvolvimento da estratégia foram definidos os seguintes eixos, de acordo com: EDITRD: 2.3 - Redes territoriais e governação; 3.4, 4.3, 5.1, 5.2 - Sustentabilidade Territorial; e 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 - Inclusão e coesão social. Programas Operacionais: 2.3 - Capacitação institucional e TIC; 4.3 - Economia de Baixo Teor de Carbono; 5.1, 5.2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos; 8.3, 8.8 - Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores; 9.1, 9.7 - Inclusão Social e Pobreza; 9.4 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; e 10.1, 10.5 - Educação e Aprendizagem ao longo da vida. Os objetivos estratégicos definidos foram os seguintes, por PI: 2.3: Potenciar as TIC como meio privilegiado de otimização e desmaterialização dos serviços públicos; 4.3: Promoção da eficiência dos recursos energéticos; 5.1, 5.2: Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património; 8.3, 8.8: Coesão social inclusiva por via da criação de emprego local; 9.1: Atacar o desemprego, a exclusão social, o abandono e insucesso escolar e encontrar medidas de promoção do envelhecimento ativo; Diminuir a exclusão social, com vista a combater o desemprego transformando a região num território de proximidade e sustentabilidade e coesão; 9.4: Diminuir a exclusão social, com vista a combater o desemprego transformando a região num território de proximidade e sustentabilidade e coesão, potenciando melhor qualidade de vida à região; 9.7: Promover a coesão social inclusiva por via da otimização dos serviços de proximidade e combate à pobreza; 10.1: Promover a coesão social inclusiva por via da

redução do insucesso e abandono escolar; Incrementar novas metodologias de ensinar e aprender e recorrer às novas tecnologias nos vários níveis de ensino-aprendizagem; 10.5: Fomentar a coesão social inclusiva por via da modernização dos equipamentos e infraestruturas escolares; 3.4: Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património. Relativamente aos objetivos específicos, foram identificados os seguintes: 2.3: Melhorar as redes e o acesso a bens, serviços e equipamentos; 4.3: Reabilitar os edifícios públicos e racionalização do seu desempenho energético; Integrar soluções energéticas sustentáveis ao nível do espaço público, diminuindo a fatura energética dos municípios; 5.1, 5.2: Desenvolver instrumentos de prevenção e gestão de risco e preservação e divulgação do património natural e cultural; 8.3, 8.8: Incrementar o empreendedorismo e a economia social como instrumentos do aumento de emprego promovendo a criação de microempresas 'multisserviços' e de apoio domiciliário' Reduzir as assimetrias sociais e territoriais, promovendo a inclusão ativa, de carácter inovador, e a economia social; 9.7: Transformar a região num território de proximidade, sustentabilidade e coesão alicerçados em equipamentos sociais potenciadores de melhor qualidade de vida; 10.1: Incrementar novas metodologias de ensinar e aprender e recorrer às novas tecnologias nos vários níveis de ensino e aprendizagem; Promover criação de uma rede territorial que estruture a oferta e a procura do ensino vocacional, profissional e tecnológico; 10.5: Promover o ensino e a criação de uma rede territorial que estruture a oferta e a procura do ensino profissional e tecnológico; 3.4: Garantir a gestão e o ordenamento do território e dos recursos hídricos. Para a concretização da estratégia foram identificados os seguintes principais resultados: 2.3: Fortalecer a região no contexto nacional e internacional; Modernizar a Administração Pública; 4.3: Aumentar a eficiência energética, reduzindo a despesa associada, bem como um uso eficiente de recursos; Diminuir as emissões de gases com efeito estufa; Integrar soluções energéticas sustentáveis no espaço público, através de tecnologias LED; Monitorização da iluminação pública, melhorando a imagem dos centros urbanos e a eficiência do espaço público; 5.1: Promover investimentos que reforcem a resiliência face a perturbações, crises, acidentes graves e catástrofes e melhorar os níveis de conhecimento e monitorização do problema; Reduzir a instabilidade face a alterações climáticas com impacto negativo na região; 5.2: Promover investimentos que reforcem a resiliência face a perturbações, crises, acidentes graves e catástrofes; Reforçar as dimensões transversais de planeamento, monitorização e comunicação, tendo em conta a diversidade de riscos; Promover ações inovadoras; 8.3, 8.8: Aumentar o emprego sustentável entre os desempregados, os inativos e outras pessoas em situação vulnerável; Apoiar incentivos ao investimento de pequena dimensão para expansão da atividade empresarial; Apoiar iniciativas empresariais de micro e pequenas empresas de base local; Apoiar à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego; Dinamizar o empreendedorismo e promover a inovação social; 9.1: Aumentar o número de participantes em ações de trabalho socialmente necessário; Aumentar as competências dos grupos vulneráveis; Mobilizar as comunidades locais na resolução dos desafios sociais; Otimizar os recursos sociais em territórios particularmente críticos; Potenciar a transição para o mercado de trabalho; Dinamizar práticas artísticas para os grupos-alvo identificados; Combater a pobreza em especial garantindo uma maior proteção às crianças, jovens e idosos; Recuperar tradições musicais; Apreciar a atividade musical como um feito artístico e social; 9.4: Incentivar o desenvolvimento de serviços de proximidade com base na comunidade; Promover a qualidade de vida, o bem-estar das pessoas idosas; Desenvolver iniciativas para a inovação e a experimentação social; 9.7: Modernizar os equipamentos sociais existentes, de forma a garantir um acesso com qualidade; Prestar um melhor serviço à população local, de forma a contribuir para a redução de desigualdades e promover a inclusão social; 10.1: Garantir equidade no acesso à educação pré-escolar e nos ensinios básico e secundário; Reforçar a importância da ação social escolar; Superar as debilidades verificadas no sistema de educação ao nível do insucesso escolar; Consolidar linhas de trabalho com resultados positivos em matérias como a prevenção do abandono e combate ao absentismo, bem como nos dispositivos de acompanhamento e de intervenção junto das crianças e dos jovens em risco; Melhorar a capacidade de resolução de problemas dos alunos e o seu desempenho; 10.5: Melhorar o nível de qualidade e de cobertura da rede de infraestruturas de educação e ensino, melhorar as condições de ensino e aprendizagem e promover o acesso e incremento do sucesso escolar; 3.4: Garantir a preservação e conservação de uma estrutura paisagística com significado histórico, cultural e económico; Promover boas práticas em termos de preservação e valorização dos espaços vitícolas, agrícolas e naturais.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização	Indicador de Resultado	Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
--	-------	---------------------------------------	-------------------------	------------------------	--

			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Redes territoriais e governação / 2.3 - Plataforma Comum do Conhecimento e Modernização dos Municípios do Douro	Serviços da Administração Pública apoiados	1,00	5,00	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	19,70	40,00	3 417 856,30€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Redes territoriais e governação / 2.3 - Plataforma Comum do Conhecimento e Modernização dos Municípios do Douro	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	26,00	47,00	0,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	Sustentabilidade Territorial/4.3 a) Reabilitação energética dos edifícios	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	49352 98,00	197411 92,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	23343 5,00	22572 5,00	10 231 715,40€

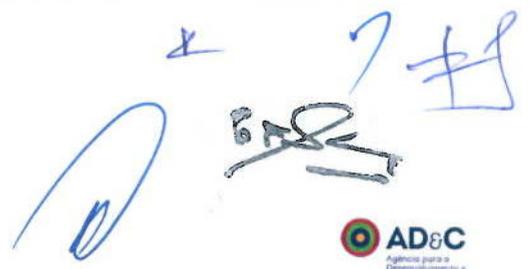
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	Inclusão e coesão social/8.3 a) Microinvest b) Invest+ c) Rede Intermunicipal d) InvesteJovem e) Programa de Incentivos	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	871,00	1452,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	60,00	70,00	10 891 929,96€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	Inclusão e coesão social/8.8 a) Constituição de incubadoras b) Investe Jovem c) Programa de Incentivos	Empresas que beneficiam de apoio	27,00	133,00	Postos de trabalho criados	37,00	187,00	3 336 818,11€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Inclusão e coesão social/9.1 a) Contratos de Emprego Inserção (CEI e CEI+)	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	2778,00	4629,00	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	37,00	42,00	11 573 314,20€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Inclusão e coesão social/9.1 Bolsa especializada de voluntariado	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	202,00	538,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado do face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	320 143,23€

<p>09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;</p>	<p>FEDER</p>	<p>Inclusão e coesão social/9.7 Adequar a rede de equipamentos sociais</p>	<p>Equipamentos sociais e de saúde apoiados</p>	<p>4,00</p>	<p>15,00</p>	<p>Definir Indicador Complementar</p>	<p>0,00</p>	<p>0,00</p>	<p>3 919 667,58€</p>
<p>10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;</p>	<p>FSE</p>	<p>Inclusão e Coesão Social/10.1 Combate ao insucesso escolar</p>	<p>Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar</p>	<p>1,00</p>	<p>1,00</p>	<p>Definir Indicador Complementar</p>	<p>0,00</p>	<p>0,00</p>	<p>6 324 998,44€</p>

10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	Inclusão e coesão social/10.5 Equipamentos e infraestruturas escolares	Capacidade e das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	630,00	2519,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	82,40	83,16	13 600 000,00€
--	-------	--	---	--------	---------	---	-------	-------	----------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	Inclusão e coesão social/9.4 a) IncluiDouro + b) Senior +Perto	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	4,00	11,00				1 766 443,55€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	Inclusão e coesão social/9.4 a) IncluiDouro + b) Senior +Perto				Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	0,00€



10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	Inclusão e Coesão Social/10.1 Combate ao insucesso escolar				Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	3240,00	5400,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Sustentabilidade Territorial/ 5.2 Sistema de alerta, gestão e monitorização	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/ implementados e reestruturados/modernizados	1,00	1,00				195 500,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Sustentabilidade Territorial/ 5.2 Sistema de alerta, gestão e monitorização				Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/ implementados	19,00	38,00	0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Sustentabilidade Territorial/ 5.2 Sistema de alerta, gestão e monitorização	Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	6,00	11,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Sustentabilidade Territorial/ 5.2 Sistema de alerta, gestão e monitorização				Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos sistemas de informação e de monitorização	92,00	230,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Sustentabilidade Territorial/ 5.2 Sistema de alerta, gestão e monitorização				Redução de falsos alertas gerados por sistemas de monitorização face à totalidade dos propostos pelo sistema de verificação	1,00	1,00	0,00€



09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	Inclusão e coesão social/9.7 Adequar a rede de equipamentos sociais					Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	5,00	10,00	0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Sustentabilidade Territorial/3.4 Otimização e eficiência das condições de regadio	Regadios tradicionais - Área a beneficiar	358,00	447,00					1 603 950,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Sustentabilidade Territorial/3.4 Otimização e eficiência das condições de regadio	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	1509600,00	1887000,00					0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Sustentabilidade Territorial/3.4 Otimização e eficiência das condições de regadio	Segurança barragens - Nº de projetos	1,00	1,00					233 750,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Sustentabilidade Territorial/3.4 Otimização e eficiência das condições de regadio	Segurança barragens - Despesa pública contratada	275000,00	275000,00					0,00€



05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	Sustentabilidade Territorial/5.1 a) Plano de Ação Intermunicipal para as alterações climáticas	Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos	1,00	1,00				106 250,00€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	Sustentabilidade Territorial/5.1 a) Plano de Ação Intermunicipal para as alterações climáticas				Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados	15,00	30,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	34 506 057,39€
FSE	30 876 829,38€
FC	301 750,00€
FEADER	1 837 700,00€
Total	67 522 336,77€

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

Na PI 2.3. pretende-se dotar as Autarquias de ferramentas que permitam simplificar e agilizar a vida do Cidadão e Empresas potenciando a utilização de diferentes canais de comunicação. As metas definidas para avaliar estes objectivos serão medidas através do sistema de informação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Para a PI 4.3, prevê-se que os consumos de energia primária na administração regional e local atinjam 20.594 tep até 2023, em termos globais, considerando a redução de 30% no consumo de energia. As metas definidas para esta PI serão avaliadas por intermédio da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Na PI 5.1. irá ser analisado se foram instaladas as 19 estações no total da CIM da Região Douro como indicador de realização, de forma a averiguar a adoção da medida, e o nº de entidades com acesso aos dados obtidos pela estação de forma a avaliar a utilidade da implementação do sistema. Estes dados serão obtidos através dos dados registados no próprio sistema (ex.: entidades têm de ser referenciadas e inscritas no sistema, para terem acesso ao mesmo).

Na PI 5.2 pretende-se analisar se o sistema foi implementado, enquanto indicador de realização e averiguar o nº de agentes de proteção civil associados ao sistema de forma a perceber a adesão ao sistema, prevendo-se 57 agentes de proteção civil. Estes dados serão obtidos através dos dados registados no sistema de alerta, gestão e monitorização.

Na PI 8.3, prevê-se o apoio de 1.281 pessoas no âmbito da criação de emprego em termos globais, valor que será monitorizado através do sistema de informação dos FEEI.

Utilizando o mesmo instrumento de monitorização, a PI 8.8 visa o apoio a 226 empresas, no âmbito dos apoios recebidos para esta PI, tendo por base o sistema de informação dos FEEI para seu controlo e monitorização.

Na PI 9.1, prevê-se que o nº de participantes em ações de trabalho socialmente necessário serão 3.583. Estes dados serão obtidos através das inscrições realizadas pelas pessoas e respetivo registo pelo sistema, que permitirá posteriormente dar um ponto de situação de cada processo.

Na PI 9.4 pretende-se promover o desenvolvimento intergeracional incluindo a realização de 798 eventos , com a participação de 31.920 pessoas. Estes dados serão obtidos pelos organizadores dos eventos que receberão as inscrições dos participantes.

Na PI 9.7 pretende-se adequar a qualificação dos equipamentos sociais na região através do apoio de 17 equipamentos sociais até 2023.

Na P11 0.1, propõe-se a análise do nº de escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar (uma por município) como indicador de realização e nº de participantes de forma a avaliar a abrangência da medida. Estes dados serão obtidos diretamente nas escolas visadas.

Na PI 10.5, pretende-se adequar e qualificar a rede de vários edifícios mapeados pelos municípios, prevendo-se 2.493 alunos, ao nível da capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas, valor que será monitorizado através do sistema de informação dos FEEI.

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

O processo que foi desenvolvido no âmbito da construção da estratégia para a região do Douro envolveu atores relevantes da região, sendo esta participação e envolvimento de particular importância, em momentos de mudanças complexas e de incertezas, mais pertinente se torna que esses mesmos, e outros, atores sejam corresponsabilizados nas fases de gestão, execução, monitorização e avaliação. Reconhece-se que a concretização de uma estratégia de desenvolvimento pressupõe não só um compromisso em torno de uma visão de futuro e um plano de ação, mas também em torno de um processo de participação social e de uma gestão e governação transparente e clara sobre as diferentes responsabilidades, recursos a mobilizar e resultados a alcançar.

O desenvolvimento tem de ser direcionado para o território/comunidade e a sua governação deve ser alargada a diferentes atores, com o objetivo de: Incentivar as comunidades locais a desenvolver abordagens integradas participativas; Incentivar a inovação, o empreendedorismo e a capacidade de mudança; Promover a participação das comunidades e desenvolver o sentido de envolvimento e propriedade que possa aumentar a eficácia das políticas públicas; Apoiar a governação multiníveis, abrindo caminho à total participação das comunidades locais.

Neste sentido, torna-se necessário estruturar e propor um modelo de gestão e governação que considere a liderança da CIM, reconheça a pertinência de implicar atores de referência da região e garanta uma articulação coerente com a estratégia dinamizada pela CCDR Norte, apoiando-se nos seguintes órgãos: Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI), órgão consultivo de carácter estratégico, constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais;

Comissão de Governação e Acompanhamento (CGA), órgão de governação e acompanhamento, constituída pelo presidente e dois vice-presidentes da CIM Douro, e onde se encontrarão representados, também os seguintes setores: SCT regional, Missão Douro, associativismo empresarial, desenvolvimento local, Agricultura, IEF e ensino profissional e agrupamentos escolares. Terá como função assegurar a execução, coordenação e controlo dos mecanismos de acompanhamento e monitorização das intervenções e também a coordenação de grupos de trabalho temáticos. Traduz a necessidade de envolvimento dos atores territoriais que se constituem como beneficiários diretos do ITI e que podem desenhar e operacionalizar, de forma mais eficaz e eficiente, as ações conducentes à obtenção dos resultados;

Secretariado de Apoio Técnico (SAT), instrumento de apoio técnico da CGA e CEDI, organizado em torno de Secretariado Intermunicipal da CIM, tendo carácter essencialmente de apoio técnico, composto pelos seguintes perfis: Perfil 1, responsável pela coordenação, com licenciatura em Engenharia e experiência em coordenação de candidaturas no âmbito Regional; Perfil 2, responsável pela avaliação técnica e execução física das operações, com licenciatura em Engenharia e experiência em acompanhamento, verificação e gestão de projeto financiados por fundos comunitários (3 técnicos); Perfil 3, responsável pela avaliação e execução financeira das operações, com licenciatura em Economia e experiência na elaboração de candidaturas a fundos comunitários (2 técnicos); Perfil 4, responsável pelo apoio técnico-administrativo às atividades de gestão do pacto e apoio nas visitas de verificação local, com o ensino secundário e experiência em acompanhamento de projetos financiados a nível municipal (2 técnicos); Perfil 5, responsável pelo secretariado, com licenciatura.

No entanto, o grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da AG. Considerando a experiência do modelo de contratualização adotado no QREN e a atualização desse mesmo modelo no contexto da Lei 75/2013, poderá o mesmo servir como um exemplo de estrutura.

Assim, será criada uma estrutura de apoio técnico (EAT) coordenada por um Gestor de PTCD que, atentas as competências definidas na Lei 75/2013, pode coincidir com o primeiro secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal ou da Comissão Executiva Metropolitana (no caso de ser um único membro não se revela necessário a existência de delegação de competências). A este Gestor/Coordenador reporta a EAT, a qual será, atentas as competências a delegar, composta por Unidades Operacionais.

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, dada a sua natureza consultiva de apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da CIM/AMP, constitui-se como órgão consulta e aconselhamento estratégico do PTCD.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

O sucesso do Pacto e a sua correta implementação passa necessariamente pelo estabelecimento de um conjunto de mecanismos de avaliação e acompanhamento dos resultados, de forma a perceber se os indicadores de monitorização e realização definidos no âmbito do Programa de Ação e Investimento foram atingidos, nomeadamente:

Mecanismos de avaliação - caracterizam-se pela recolha e análise de informação relacionada com os projetos do Pacto e pela elaboração de relatórios que transpareçam os resultados atingidos, permitindo apurar o contributo das medidas definidas e avaliar a eficiência e eficácia destas face à estratégia definida e aos indicadores estabelecidos. Neste contexto, prevê-se a realização de uma avaliação intercalar do PDCT no 1º semestre de 2019;

Mecanismos de acompanhamento - consubstanciam-se no acompanhamento do cumprimento das medidas e dos prazos estabelecidos e na montagem de um sistema de monitorização adequado à verificação periódica das realizações concretizadas ou não e dos progressos alcançados, à análise dos desvios e à formulação de correções de trajetórias e de medidas corretivas. As funções de acompanhamento e monitorização do Pacto serão exercidas pelo CEDI, enquanto órgão deliberativo, no âmbito das competências delegadas. Para além da discussão anual do relatório de execução no CEDI e sua posterior divulgação, irá ser dinamizada uma plataforma dedicada à divulgação do Pacto, da sua realização e da sua avaliação.

Os mecanismos de avaliação e acompanhamento permitem uma melhoria nos processos de gestão dos projetos e no apoio à tomada de decisão, uma alocação mais eficiente dos recursos públicos destinados aos projetos, um acompanhamento otimizado das medidas selecionadas e assegura a efetivação dos compromissos que foram assumidos no Pacto.

Para a sua implementação e concretização o sistema de monitorização prevê a definição do modelo de acompanhamento da evolução e dos resultados, considerando o ponto de partida da região e o seu contributo para os objetivos e metas do Portugal 2020, em particular, da região Norte. Aqui se engloba o acompanhamento do sistema de indicadores de monitorização da estratégia regional previamente definidos e a análise da evolução da Região do Douro face às metas propostas, estabelecendo comparações com a evolução da região Norte e do País.

Este sistema de monitorização prevê um conjunto de elementos de acompanhamento ao nível da i) produção de documentos que garantem a efetiva escrituração do "andamentos dos trabalhos" e são utilizados como suporte para verificação das medidas implementadas, em curso e a implementar e a ii) realização de reuniões de acompanhamento, de acordo com os órgãos definidos no Modelo de Governação, com os mesmos objetivos e para melhor entendimento sobre a execução do Pacto: Elaboração do Relatório Anual de Monitorização, onde será analisada a evolução da região do ponto de vista da concretização dos objetivos fixados na estratégia e dos avanços em matéria de concretização do Plano de Ação e da montagem do sistema de operacionalização dos respetivos projetos estruturantes; Submissão do Relatório de Monitorização a reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, garantindo a transmissão de informação técnica a este órgão e suportando as deliberações e o sentido das prioridades de intervenção a assumir, perceber eventuais constrangimentos que ocorram, definir e propor medidas de mitigação e um plano de acompanhamento dessas medidas; Apresentação do relatório de Monitorização em sessão pública, em moldes a definir, dando continuidade ao objetivo de promoção do envolvimento e participação da comunidade alargada dos atores da região; Realização de reuniões semestrais para a realização de pontos de situação sobre o grau de execução do Pacto, nomeadamente por elementos chave selecionados da Comissão de Governação e Acompanhamento, sempre suportadas por elementos do Secretariado de Apoio Técnico para esclarecimentos sobre questões mais técnicas mas de reporte relevante para o ponto de situação; Realização de reuniões anuais também para a realização de pontos de situação com o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal de forma a garantir a correta execução dos projetos e o cumprimento dos planos definidos, sempre suportadas por elementos do Secretariado de Apoio Técnico para esclarecimentos sobre questões mais técnicas mas de reporte relevante para o ponto de situação.

Estes momentos de "apresentação de contas" junto dos principais stakeholders (CEDI) e à comunidade em geral, evidencia uma disponibilidade da CIM Douro para se incorporar, cada vez mais, em processos de participação e governação alargada do território reconhecendo que a cooperação e concertação são, hoje, instrumentos decisivos para o sucesso das políticas públicas de desenvolvimento sustentável e, para o cada vez maior reconhecimento, por parte das populações, se sentirem como atores principais na conceção, execução e avaliação dos investimentos públicos e privado da sua região.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

A CIM Douro considera que a definição de parcerias constitui um instrumento de elevada importância no apoio à operacionalização do Pacto, uma vez que permite a utilização de uma rede de stakeholders com responsabilidades específicas na concretização das medidas determinadas para a região (no âmbito do Programa de Ação e Investimento). Desta forma, garante-se a interligação dos diversos stakeholders: Origem pública e/ou privada; Diferentes vertentes, como a local, regional, nacional.

A lógica associada às parcerias assume a sua expressão máxima no contexto da Comissão de Governação e Acompanhamento (CGA), enquanto órgão de gestão e acompanhamento da estratégia, integrando um conjunto alargado de atores relevantes e com intervenção ativa. Na componente associada às redes é importante frisar a dinâmica das várias ações que compõem os patamares da EIDTRD (inseridos no plano de ação apresentado). Conforme é possível aferir, a constituição de redes e plataformas encontra-se amplamente prevista no espírito e filosofia dos patamares e respetivas ações, tendo por base o conjunto das entidades parceiras e a amplitude territorial das abordagens, considerando que o quadro de linhas de orientação/ medidas/ ações são constituídas para o quadro global da região, reforçando as bases associadas com uma lógica de "pensar" o território de forma integrada, articulada e coletiva.

A interligação entre os diferentes stakeholders vai permitir: fomentar uma maior coordenação, nomeadamente na relação com as entidades regionais envolvidas nos projetos e temas relacionados; aproveitar o know how existente, por intermédio da partilha de experiências em projetos semelhantes, aproveitando a aprendizagem com as boas práticas, e também garantindo o aumento da probabilidade de sucesso na implementação das estratégias definidas e na definição de ações de mitigação, se necessário; aumentar o trabalho em rede, promovendo um planeamento integrado e sistemático, que potencie sinergias e aproveite competências e recursos a nível local; Assegurar a responsabilização dos diversos intervenientes/ partes interessadas, incluindo os parceiros interessados nas medidas.

A principal parceria para a implementação do Programa de Ação e Investimento, é constituída por membros do CGA.

Para a constituição de outras parcerias, suportadas e desenvolvidas a partir do CEDI - Conselho Estratégico de Desenvolvimento Integrado, considera-se prioritário ter em conta o histórico de cooperação existente no âmbito da região, de forma a facilitar o estabelecimento de parcerias para a concretização do Pacto.

As parcerias escolhidas no âmbito das medidas selecionadas para o Pacto, devem ser complementadas através da inclusão de stakeholders locais (população da região do Douro), de forma a criar ligações funcionais com os diferentes parceiros regionais e a envolvê-los na execução do Pacto.

De forma a que isto aconteça, dever-se-ão promover fóruns alargados (sessões abertas) de acompanhamento e comunicação do avanço do Pacto, para fomentar a sua participação, convidando os representantes do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, e os atores das diversas vertentes (ex.: emprego, inclusão, apoio social, etc.), de forma a fomentar o trabalho em rede e a estimular o desenvolvimento de parcerias. Os resultados e inputs destas sessões deverão ser considerados no Relatório Anual de Monitorização.

Adicionalmente, todos os parceiros regionais poderão enviar contributos escritos, que possam impactar positivamente a implementação das medidas.

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
04.03	Reabilitação energética da Biblioteca	506666018	MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	88 346,00€	2016	Carrazeda de Ansiães	100,00
04.03	Reabilitação energética do Centro de Inovação Tecnológico Inovurural	506666018	MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	73 405,00€	2016	Carrazeda de Ansiães	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506666018	MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	125 931,00€	2016	Carrazeda de Ansiães	100,00



04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Carrazeda de Ansiães	506666018	MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	22 500,00€	2016	Carrazeda de Ansiães	100,00
10.05	Equipamentos e infraestruturas escolares - EBS Município de Carrazeda de Ansiães	506666018	MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	2 000 000,00€	2016	Carrazeda de Ansiães	100,00
04.03	Reabilitação energética da Escola EB1 de Freixo de Espada à Cinta	506884937	MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA	64 702,00€	2016	Freixo de Espada à Cinta	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506884937	MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA	63 980,00€	2016	Freixo de Espada à Cinta	100,00
04.03	Reabilitação energética do Pavilhão Gimnodesportivo	506884937	MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA	77 785,00€	2016	Freixo de Espada à Cinta	100,00
04.03	Reabilitação energética das Piscinas Municipais	506884937	MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA	185 446,00€	2016	Freixo de Espada à Cinta	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Freixo de Espada à Cinta	506884937	MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA	30 000,00€	2016	Freixo de Espada à Cinta	100,00
04.03	Reabilitação energética da Biblioteca Municipal	501121536	MUNICIPIO DE TORRE DE MONCORVO	110 078,00€	2016	Torre de Moncorvo	100,00
04.03	Reabilitação energética do Centro Escolar (Escola Visconde Vila Maior)	501121536	MUNICIPIO DE TORRE DE MONCORVO	108 671,00€	2016	Torre de Moncorvo	100,00
04.03	Reabilitação energética do Cine Teatro	501121536	MUNICIPIO DE TORRE DE MONCORVO	114 765,00€	2016	Torre de Moncorvo	100,00
04.03	Reabilitação energética das Piscinas Municipais	501121536	MUNICIPIO DE TORRE DE MONCORVO	231 520,00€	2016	Torre de Moncorvo	100,00
04.03	Reabilitação energética do Edifício EX-GAT	501121536	MUNICIPIO DE TORRE DE MONCORVO	60 221,00€	2016	Torre de Moncorvo	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Torre de Moncorvo	501121536	MUNICIPIO DE TORRE DE MONCORVO	37 500,00€	2016	Torre de Moncorvo	100,00
10.05	Equipamentos e infraestruturas escolares - EB23S Município de Torre de Moncorvo	501121536	MUNICIPIO DE TORRE DE MONCORVO	2 500 000,00€	2016	Torre de Moncorvo	100,00
04.03	Reabilitação energética do Centro Cultural	506829197	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	101 403,00€	2016	Vila Nova de Foz Côa	100,00
04.03	Reabilitação energética da Expo Cõa	506829197	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	63 070,00€	2016	Vila Nova de Foz Côa	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506829197	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	142 984,00€	2016	Vila Nova de Foz Côa	100,00

04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Vila Nova de Foz Côa	506829197	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	22 500,00€	2016	Vila Nova de Foz Côa	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506859487	MUNICÍPIO DE ALIJÓ	70 072,00€	2016	Alijó	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Alijó	506859487	MUNICÍPIO DE ALIJÓ	15 000,00€	2016	Alijó	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506840328	Município de Mesão Frio	117 702,00€	2016	Mesão Frio	100,00
04.03	Reabilitação energética da Biblioteca Municipal	506840328	Município de Mesão Frio	85 860,00€	2016	Mesão Frio	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Mesão Frio	506840328	Município de Mesão Frio	15 000,00€	2016	Mesão Frio	100,00
04.03	Reabilitação energética do Auditório e Biblioteca	506862763	MUNICÍPIO DE MURÇA	118 329,00€	2016	Murça	100,00
04.03	Reabilitação energética do Estádio Municipal	506862763	MUNICÍPIO DE MURÇA	331 373,00€	2016	Murça	100,00
04.03	Reabilitação energética da Piscina de Aprendizagem	506862763	MUNICÍPIO DE MURÇA	305 588,00€	2016	Murça	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Murça	506862763	MUNICÍPIO DE MURÇA	22 500,00€	2016	Murça	100,00
10.05	Equipamentos e infraestruturas escolares - EB23S Município de Murça	506862763	MUNICÍPIO DE MURÇA	1 500 000,00€	2016	Murça	100,00
04.03	Reabilitação energética do Centro Escolar das Alagoas	506829260	MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA	109 180,00€	2016	Peso da Régua	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506829260	MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA	177 714,00€	2016	Peso da Régua	100,00
04.03	Reabilitação energética do Pavilhão Gimnodesportivo	506829260	MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA	243 686,00€	2016	Peso da Régua	100,00
04.03	Reabilitação energética da Piscina Desportiva Coberta	506829260	MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA	236 910,00€	2016	Peso da Régua	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Peso da Régua	506829260	MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA	30 000,00€	2016	Peso da Régua	100,00
04.03	Reabilitação energética das Piscinas Municipais Rosa Mota	506824942	MUNICÍPIO DE SABROSA	219 507,00€	2016	Sabrosa	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506824942	MUNICÍPIO DE SABROSA	76 758,00€	2016	Sabrosa	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Sabrosa	506824942	MUNICÍPIO DE SABROSA	15 000,00€	2016	Sabrosa	100,00
04.03	Reabilitação energética da Piscina Municipal Coberta	506829138	MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	155 531,00€	2016	Santa Marta de Penaguião	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Santa Marta de Penaguião	506829138	MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	7 500,00€	2016	Santa Marta de Penaguião	100,00

04.03	Reabilitação energética da Biblioteca Municipal	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	214 933,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Reabilitação energética do Centro Escolar Abade de Mouços	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	151 969,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Reabilitação energética do Centro Escolar das Árvores	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	110 812,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Reabilitação energética do Complexo Desportivo do Monte da Forca	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	65 762,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	160 921,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Reabilitação energética do Pavilhão dos Desportos	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	124 592,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Reabilitação energética das Piscinas Municipais Cobertas	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	177 207,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Reabilitação energética do Teatro de Vila Real	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	159 861,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Vila Real	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	60 000,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Reabilitação energética dos edifícios - CIM Douro	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	82 434,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - CIM Douro	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	7 500,00€	2016	Vila Real	100,00
10.05	Equipamentos e infraestruturas escolares - EB3S S. Pedro Município de Vila Real	506359670	MUNICÍPIO DE VILA REAL	4 000 000,00€	2016	Vila Real	100,00
04.03	Reabilitação energética da Biblioteca Municipal	506859487	MUNICÍPIO DE ALIJÓ	47 654,00€	2016	Alijó	100,00
04.03	Reabilitação energética do Edifício dos Paços do Concelho	506843190	MUNICÍPIO DE ARMAMAR	79 828,00€	2016	Armamar	100,00
04.03	Reabilitação energética das Piscinas Municipais Cobertas	506843190	MUNICÍPIO DE ARMAMAR	264 817,00€	2016	Armamar	100,00
04.03	Reabilitação energética das Piscinas Municipais Descobertas	506843190	MUNICÍPIO DE ARMAMAR	56 806,00€	2016	Armamar	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Armamar	506843190	MUNICÍPIO DE ARMAMAR	22 500,00€	2016	Armamar	100,00
04.03	Reabilitação energética dos edifícios - Associação de Municípios Vale Douro Sul	503821632	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO - SUL	94 964,00€	2016	Lamego	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Ass Municípios Vale Douro Sul	503821632	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO - SUL	7 500,00€	2016	Lamego	100,00
04.03	Reabilitação energética do Centro Escolar de Lamego nº4	506572218	MUNICIPIO DE LAMEGO	165 095,00€	2016	Lamego	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506572218	MUNICIPIO DE LAMEGO	154 837,00€	2016	Lamego	100,00

04.03	Reabilitação energética das Piscinas Municipais Cobertas	506572218	MUNICÍPIO DE LAMEGO	392 643,00€	2016	Lamego	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Lamego	506572218	MUNICÍPIO DE LAMEGO	22 500,00€	2016	Lamego	100,00
10.05	Equipamentos e infraestruturas escolares - EB3/S Latino Coelho Município de Lamego	506572218	MUNICÍPIO DE LAMEGO	4 000 000,00€	2016	Lamego	100,00
04.03	Reabilitação energética do Auditório Municipal Padre Bento da Guia	506664686	MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA	119 621,00€	2016	Moimenta da Beira	100,00
04.03	Reabilitação energética da Escola D. Carolina Guedes	506664686	MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA	104 844,00€	2016	Moimenta da Beira	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506664686	MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA	174 947,00€	2016	Moimenta da Beira	100,00
04.03	Reabilitação energética da Piscina Municipal	506664686	MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA	296 722,00€	2016	Moimenta da Beira	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Moimenta da Beira	506664686	MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA	30 000,00€	2016	Moimenta da Beira	100,00
10.05	Equipamentos e infraestruturas escolares - EB23S Município de Moimenta da Beira	506664686	MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA	2 000 000,00€	2016	Moimenta da Beira	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506651541	MUNICÍPIO DE PENEDONO	66 801,00€	2016	Penedono	100,00
04.03	Reabilitação energética das Piscinas Municipais	506651541	MUNICÍPIO DE PENEDONO	245 336,00€	2016	Penedono	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Penedono	506651541	MUNICÍPIO DE PENEDONO	15 000,00€	2016	Penedono	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506892646	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	57 117,00€	2016	São João da Pesqueira	100,00
04.03	Reabilitação energética do Pavilhão Gimnodesportivo	506892646	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	158 416,00€	2016	São João da Pesqueira	100,00
04.03	Reabilitação energética da Piscina Municipal Coberta	506892646	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	219 661,00€	2016	São João da Pesqueira	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de S. João da Pesqueira	506892646	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	22 500,00€	2016	São João da Pesqueira	100,00
04.03	Reabilitação energética do Pavilhão Gimnodesportivo	506852032	MUNICÍPIO DE SERNANCELHE	151 509,00€	2016	Sernancelhe	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506852032	MUNICÍPIO DE SERNANCELHE	93 629,00€	2016	Sernancelhe	100,00
04.03	Reabilitação energética da Piscina Municipal	506852032	MUNICÍPIO DE SERNANCELHE	111 252,00€	2016	Sernancelhe	100,00

04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Sernancelhe	506852032	MUNICÍPIO DE SERNANCELHE	22 500,00€	2016	Sernancelhe	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506601455	MUNICÍPIO DE TABUAÇO	101 902,00€	2016	Tabuaço	100,00
04.03	Reabilitação energética das Piscinas Municipais Descobertas	506601455	MUNICÍPIO DE TABUAÇO	58 535,00€	2016	Tabuaço	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Tabuaço	506601455	MUNICÍPIO DE TABUAÇO	15 000,00€	2016	Tabuaço	100,00
04.03	Reabilitação energética do Centro Escolar	506753905	MUNICÍPIO DE TAROUCA	150 336,00€	2016	Tarouca	100,00
04.03	Reabilitação energética dos Paços do Concelho	506753905	MUNICÍPIO DE TAROUCA	124 285,00€	2016	Tarouca	100,00
04.03	Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos - Município de Tarouca	506753905	MUNICÍPIO DE TAROUCA	15 000,00€	2016		100,00
05.01	Plano de Ação Intermunicipal para as alterações climáticas - CIM Douro	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	125 000,00€	2015		100,00
05.02	Sistema de alerta, gestão e monitorização - CIM Douro	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	230 000,00€	2016		100,00
08.08	Empreendedorismo - IEFP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	1 617 694,12€	2016		100,00
08.03	Empreendedorismo - CIM	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	9 366 497,57€	2016		100,00
08.08	Empreendedorismo - CIM	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	1 274 309,81€	2016		100,00
08.08	Empreendedorismo - constituição de incubadoras	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	866 823,53€	2016		100,00
08.03	Empreendedorismo - CASES	509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	272 298,25€	2016		100,00
08.08	Empreendedorismo - CASES	509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	83 420,45€	2016		100,00
08.03	Empreendedorismo - IPDJ	510089224	IPDJ	272 298,25€	2016		100,00
08.08	Empreendedorismo - IPDJ	510089224	IPDJ	83 420,45€	2016		100,00
09.01	Contratos Emprego-Inserção	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	13 615 663,76€	2016		100,00

09.04	IncluiDouro	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	1 141 439,47€	2016	100,00
09.04	Senior+Perto	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	936 729,41€	2016	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado	509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	376 635,29€	2016	100,00
10.01	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Douro - Componente Intermunicipal	508779200	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	7 441 174,64€	2016	100,00
08.03	Empreendedorismo - IEFP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	2 902 941,18€	2016	100,00

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	NIF	508779200
Submetido por	EIDT	NIF	EIDT
Data de Submissão	24-07-2015		